



# O Ideário Patrimonial О идеарио

*As Várias Facetas Patrimoniais:  
do Abstracto ao Concreto*

## **JOSÉ RELVAS (1858-1929) E A DEFESA DO(S) PATRIMÓNIO(S): “MÚLTIPLAS DIMENSÕES DE UM ATIVISTA CULTURAL”**

## **JOSÉ RELVAS (1858-1929) AND THE HERITAGE(S) SAFEGUARDE: THE “MULTIPLE DIMENSIONS OF A CULTURAL ACTIVIST”**

Recebido a 30 de abril de 2022

Revisto a 20 de maio de 2022

Aceite a 30 de maio de 2022

**José Raimundo Noras**

Licenciado em História e Mestre em História de Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC). Investigador integrado do Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-Ulisboa), estudante de doutoramento (PIUDHist), foi bolseiro da FCT (SFRH/BD/132222/2017, financiada por fundos europeus e nacionais) com a tese *A acção política e o ideário social de José Relvas (1858-1929)*, da qual aguarda a realização das provas Centro de História da Faculdade de Letras Universidade de Lisboa (CH-ULisboa) [jmrnoras@gmail.com](mailto:jmrnoras@gmail.com)

## Resumo

José Relvas (1858-1929) tem um conhecido percurso político e social o qual tem sido objeto de diversos estudos e abordagens. Do mesmo modo, também tem sido estudada a sua coleção de arte e museu, legado da Casa dos Patudos, sem, contudo, perspetivar as diversas dimensões da sua atuação em prol do património histórico-cultural. Partimos de um breve relato biográfico de José Relvas, acompanhado o sendo envolvimento político, cultural e artístico, para analisar os contributos que teve no âmbito dos processos de salvaguarda do património histórico-cultural, entendido num sentido lato. Deste modo, organizamos em três esferas de atuação de José Relvas: a esfera das funções públicas (políticas e diplomáticas); a esfera associativa; e a esfera pessoal (como colecionador, mecenas e crítico), apresentando diferentes exemplos das suas preocupações culturais.

*Palavras-chave:* José Relvas; Património Cultural; I República; Arte; Biografia

## Abstract

José Relvas (1858-1929) has a well-known political and social biography that has been the object of several studies and approaches. Likewise, it has also been studied its collection of art and the museum, created by his legacy (Casa dos Patudos), without, nevertheless, to prospect the diverse dimensions of its action in favour of the safeguard of cultural heritage. We begin with a brief biographical account of José Relvas, accompanying his cultural and artistic political involvement, in order to analyse the contributions that he had in the scope of the processes of safeguarding the historical and cultural heritage. In this way, we organized the paper in three spheres of action José

Relvas: the sphere of public office (both political and diplomatic jobs); the associative sphere; and the personal sphere (as a collector, as an art patron, and as critic). For all the realms of life we sought to find the different examples of his cultural concerns.

*Keywords:* José Relvas; Cultural Heritage; First Portuguese Republic; Art; Biography;

### **I. Introdução: percursos biográficos de José Relvas (1858-1929)**

José Mascarenhas Relvas nasceu na Golegã a 5 de Março de 1858, filho de Carlos Augusto Mascarenhas Relvas (1838-1894) e de Margarida Amélia Mendes de Azevedo Relvas (1838-1887). A família paterna estava ligada à exploração agrícola, direta e indireta, nas regiões da Beira Baixa (Sertã) do Ribatejo (Golegã, Chamusca, Alpiarça, Almeirim, entre outros concelhos), e no Alentejo Norte (Crato e Ponte de Sor). O avô, José Farinha Relvas (1791-1865), juntamente com um irmão, soube rentabilizar o património fundiário da família, multiplicando-o ao longo de décadas e sabiamente manejado o sistema de propriedade dessa época (Paz, 2013, p. 106). O casamento do filho mais velho, Carlos, com a filha do futuro Conde de Podentes (Jerónimo de Azevedo e Vasconcelos, 1805-1855) inseriu-se numa estratégia de aproximação da família Relvas com a família Mendes, bastante ligada, pela política e pela fortuna, aos novos centros de decisão do liberalismo português (Serra, 2008, pp. 20-23). Deste modo, o jovem José Relvas e seus irmãos foram herdeiros de vasta fortuna fundiária, imobiliária e financeira, sendo aparentados com as principais famílias da aristocracia beirã.

José Relvas estudou em Coimbra entre 1868 e 1875, fazendo os estudos secundários no Seminário Maior e ingressando no curso de Direito, que abandonou. Já em Lisboa, em 1880 concluiu, o Curso Superior de Letras, com tese versando história medieval sob o título: *O Direito do Senhor foi uma medida fiscal da propriedade* (Relvas, 1880). A partir de 1882, passou a gerir as propriedades da família. Mesmo após o falecimento dos pais (1887 e 1894) agiria como gestor e/ou procurador da família alargada. Para além da agricultura investiu no imobiliário, na bolsa de valores (em vários setores económicos) e na sua coleção de arte. Parece ter sido do pai que herdou o gosto pelo colecionismo e/ou “bric-a-brac” (antiguidades). Reorientou as propriedades agrícolas da família, bem como a Quinta dos Patudos, para a produção de vinho, sendo o olival, a cortiça e ainda a criação de gado setores tradicionais que nunca abandonou. (Serra, 2008, pp. 20-23). Também obteve formação musical com Nicolau Ribas (1832-1900) tornando-se exímio violinista. Mais tarde, no século XX, viria a ser correspondente da revista *A Arte Musical*, dirigida por Michel’Angelo Lambertini (1862-1900) (Ávila, 1984, pp. 40-42). Em diferentes períodos, colaborou com a imprensa em temas artísticos e culturais, como também agrários, económicos e políticos.

No entanto, José Relvas ficou mais conhecido como o político republicano que proclamou a República a 5 de outubro de 1910, na varanda da Câmara Municipal de Lisboa. No Governo Provisório foi Ministro das Finanças, entre outubro 1910 e setembro de 1911. Depois, a convite de João Chagas (1863-1925), foi “enviado especial” a Espanha, entre 1911 e 1914, data em que resolveu abandonar a política. Porém, em 1919, num clima da guerra civil com a proclamação da “Monarquia do Norte”. Para “salvar a República” foi Presidente do Ministério e Ministro do Interior, durante 62 dias. Os principais estudos biográficos existentes (Batista, 2016; Noras,

2009; Paz, 2013; Serra, 2008), ainda que foquem sempre a sua ligação às artes e a atuação e atuação mecenática, não procuram sistematizar a sua atuação e ideário no que respeita à salvaguarda do património histórico-cultural, entendido num sentido lato.

Através desses estudos e da nossa própria pesquisa, para efeitos de redação de uma biografia política, no âmbito de doutoramento em curso, redigimos uma comunicação aqui transformada artigo<sup>1</sup>. Estruturámos a nossa análise em três esferas da atuação de José Relvas no que se refere à salvaguarda da herança cultural comum: a das funções públicas; a associativa; e a pessoal.

## **2. Ação política: funções públicas e preocupações patrimoniais**

### **2.1 No Governo Provisório**

A legislação patrimonial da I República, mormente do governo provisório que José Relvas integrou, tem vindo a ser estudada em trabalhos recentes de elevada qualidade (por exemplo: Custódio, 2013; Freitas, 2016). Não é esse o nosso objetivo, nem procuramos aqui novas interpretações. De acordo com a documentação consultada, pretendemos colocar em evidenciar o papel de José Relvas nessa dimensão da produção legislativa do primeiro governo republicano.

O primeiro instrumento legislativo do Governo Provisório relaciona-se com a regulamentação do comércio internacional de bens culturais. Preocupados com a delapidação do património cultural português, muito dele em posse de privados, de congregações, de organismos eclesiásticos ou das misericórdias, à mercê de direções e da atuação menos escrupulosa de quem os devia administrar, os novos líderes republicanos procuram acautelhar legamente esses bens.

<sup>1</sup> Este artigo resulta da revisão e da adaptação da comunicação apresentada nos 40 anos da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico Cultural de Santarém (AEDPHC), a 31 de março de 2018, naturalmente inédita até ao momento.

Deste modo, o decreto de 19 de Novembro de 1910 considerava uma definição bem abrangente de bens culturais:

[...] Art.1 são considerados obras de arte ou objetos arqueológicos, esculturas, pinturas, desenhos, peças de porcelana, de faiança e de ourivesaria, vidros, esmaltes, tapetes, arrases, tecidos, trajos, armas, peças de ferro forjado, bronzes, joias, leques, instrumentos musicos, manuscritos iluminados, medalhas, moedas, inscrições, e, de um modo geral, todos os objetos que possam constituir modelo ou representar ensinamento para os artistas ou sejam dignos de figurar em museus públicos de arte, e todos aqueles que, pelo seu valor documental ou pelas recordações ou tradições que lhe andem ligadas, mereçam o qualificativo de históricos [...], (*Diário do Governo*, 22/11/1910, p. 515.).

Este decreto oferece-nos uma definição muito abrangente e acutilante para a época de “bem cultural” exemplificando o conceito com uma série de tipologias associadas às artes decorativas, sem esquecer a componente documental associada a este tipo de património. O documento foi referendado e assinado por todo o Governo provisório, não sendo possível fazer uma destriça cabal no que respeita à redação do mesmo. Contudo, nesta época José Relvas já era um crítico de arte reconhecido em Portugal e no estrangeiro, situação que não era alheia aos seus colegas de Governo, alguns dos quais, como Afonso Costa (1871-1937) e António José de Almeida (1866-1929) conheciam bem a Casa dos Patudos, das reuniões no período de propaganda. Não obstante o afastamento e a rutura posterior de relações, nesse período Teófilo Braga (1843-1924) ainda se correspondia com Relvas, ressaltando as qualidades intelectuais do antigo aluno (Braga, 1909). Parece-nos lícito influir do papel ativo de José Relvas no Governo provisório no respeito à produção de legislação com impacte cultural e

patrimonial. Para além da sua preparação artística e intelectual, com paralelos nos seus colegas de governo, era, contudo, o único com atestada experiência no negócio das artes e dos bens culturais, conhecendo bem os mercados português e espanhol (Serra, 2008, pp. 23-30).

O decreto de 19 de novembro isentou de qualquer taxa a importação de bens culturais de origem portuguesa, dificultando a sua alienação para o exterior. Os direitos de exportação foram fixados em 50% sobre o valor da venda, a qual só se poderia materializar não havendo preferência de instâncias públicas nacionais. Esta lei refletiu preocupação com a venda de bens culturais pelas próprias Câmaras Municipais, estabelecendo a necessidade de autorização ministerial para o efeito e o direito de preferência dos Museus Nacionais. Ao mesmo tempo, o diploma previa o trânsito deste tipo de bens para atividades museológicas, mormente exposições dentro e fora do país, regulando as tramitações necessárias. As obras artes de artistas vivos foram excluídas das restrições dessa lei. Na realidade, esta legislação subsiste até hoje, com quase nenhuma alteração substancial ao seu espírito, quer na definição abrangente de “bem cultural”, quer na regulamentação da exportação.

A política patrimonial dos republicanos, teria, todavia, a sua *opus maxima*, no Decreto de 26 de Maio de 1911 (*Diário do Governo*, 29/05/1911). Nesse diploma, sobejamente citado, o país foi dividido em três grandes circunscrições para efeitos arqueológicos e artísticos, tuteladas pelos novos Conselhos de Arte e Arqueologia de Lisboa, de Coimbra e do Porto. Estes conselhos coordenavam toda a “política cultural dos republicanos”, fundamentalmente orientada para a consolidação das coleções dos museus nacionais e dos museus distritais. O mesmo diploma consignou quatro grandes museus em Lisboa de âmbito nacional: o Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA); o

Museu Nacional de Arte Contemporânea (“Museu do Chiado”), o Museu Nacional Etnográfico e o Museu Nacional dos Coches.

José Relvas envolveu-se pessoalmente na reorganização dos serviços museológicos. No seu acervo documental encontramos uma pasta alusiva ao “Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga” (1911). Trata-se de correspondência com José Figueiredo (1872-1937), de entre outros, relativa às reuniões fundacionais desta associação protetora daquele Museu, a qual reuniu várias individualidades dos meios culturais e políticos. A mesma pasta também inclui duas versões dos estatutos e um rol de associados, com as respetivas cotizações, estabelecidas por nível de rendimentos. Em paralelo a este envolvimento associativo, enquanto Ministro das Finanças, José Relvas procurou garantir as condições necessárias para a abertura ao público dos antigos palácios reais. Empenhou-se muito especificamente no caso do Museu do Palácio Nacional Mafra, acompanhando os trabalhos do arrolamento dos bens que viriam a ser integrados na coleção (Carta do Intendente dos Palácios Reais, 1911). Continuando o trabalho de organismos semelhantes da Monarquia Constitucional, o ministério que tutelou procurou aferir da propriedade pública dos bens nos antigos palácios reais, restituindo à família real no exílio o que lhes pertencia por direito (Direção Geral da Fazenda, 1911). Em nota manuscrita sobre o ofício alusivo a Mafra, Relvas considerou ser o futuro museu o “grande interesse artístico de Portugal” (Carta do Intendente dos Palácios Reais, 1911), continuando a acompanhar o processo durante as várias fases do seu desenvolvimento (*Correio da Extremadura*, 28/01/1911, p. 1).

O diploma de 26 de maio abriu caminho classificação da vasta maioria dos conjuntos arquitetónicos do país, através da sistematização dos critérios para a atribuição da classificação de “Monumento Nacional”. O novo regime pretendia educar os seus cidadãos, não apenas através de um sistema de ensino universal, mas também

por meio de museus e de monumentos nacionais objetificadores da história pátria, que os republicanos reivindicavam como sua num momento de refundação do país (Custódio, 2013, vol. I, pp. 93-95).

Porém, qual terá sido a responsabilidade direta de Relvas nesse diploma? Ao contrário de outros textos legislativos não consta nenhuma cópia anotada do mesmo no acervo do AHCP. Por outro lado, talvez precisamente porque fosse das leis onde mais teria trabalhado, não lhe oferecia dúvidas, nem correções, como nos casos que estão documentados (“lei eleitoral”, de entre outras, por exemplo). A suposição da influência do líder ribatejano na redação do decreto de 26 de Maio já foi proposta noutros contextos. O antropólogo Mendes Correia (1888-1960), deputado à Assembleia Nacional, durante o Estado Novo, em debate parlamentar considerou:

[...] Sob o regime republicano, saia em 26 de Maio de 1911, com intervenção de José Relvas, um decreto-lei de protecção ao património artístico da Nação, no qual se criaram os Conselhos de Arte e Arqueologia [...], (Correia, 1956, p. 439).

Sublinhamos que Mendes Correia, nesta época com estabelecida carreira académica, deveria ter informação direta do próprio José Relvas, uma vez que se tratava do seu tio por afinidade, com quem conviveu largamente, tanto no Porto, como em visitas a Alpiarça.

A intervenção de José nestes dois diplomas, brevemente analisados, parece-nos não merecer mais dúvidas. Por outro lado, em que medida corroborou a generalidade das disposições patrimoniais da Lei de Separação do Estado e da Igreja (*Diário do Governo*, 21/04/1911)? Este diploma tendo sido abordado sobretudo nas suas componentes social e política (Neto, 1998; Rollo & Rosas, 2009; Moura, 2010), englobou também aspetos patrimoniais no que refere à vastíssima expropriação do edificado religioso e congregacional que a lei implicou. Numa vasta maioria dos casos,

esse património imobiliário acabaria por regressar, mais tarde, à Igreja, contudo tanto no contexto de bens culturais e religiosos móveis e imóveis, a coberto de uma legislação que visava a sua salvaguarda, sabemos hoje da existência de uma multiplicidade de abusos. José Relvas manifestou-se crítico em relação à Lei de Separação do Estado e da Igreja (Relvas, 1977, vol. I, pp. 160-161). Apesar de participar na referenda ministerial, assinando o diploma como titular das Finanças, nessa altura já mantinha contacto com alto dignitários da Igreja Católica (nomeadamente com Bispo de Coimbra, D. Manuel de Bastos Pina, [1830-1914], a quem conhecia desde jovem), mais tarde, em Madrid, tentaria retomar algum nível relacionamento diplomático com o Núncio Apostólico na corte espanhola<sup>2</sup>. Nesse sentido, não nos surpreende que, retornando a funções governativas em 1919, se tenha empenhado em manter a reforma da “lei religiosa” da autoria Moura Pinto, bem como as relações diplomáticas com a Santa Sé (Relvas, 1919). Porém, esta “oposição velada” e a posição de confronto com Afonso Costa, expressa nas Memórias Políticas, sobre a matéria não versou as implicações sobre bens culturais da Igreja inscritas na lei.

## 2.2 Embaixador em Madrid

Vanessa Batista (2016) tem-se dedicado a explorar os contornos e os objetivos políticos e económicos da missão de José Relvas em Madrid, entre 1911 e 1914. Esta investigadora não ignorou a dimensão cultural da política de afirmação de Portugal em Espanha seguida por José Relvas como diplomata. De facto, já Humberto de Ávila (1984, pp. 38-42) sublinhava a promoção da arte e dos artistas portugueses na

---

<sup>2</sup> Cargo ocupado nesse período sucessivamente por D. António Vico (1847-1929, Cardeal) e por D. Francesco Ragonese, (1850-1931). autoria Moura Pinto, bem como as relações diplomáticas com a Santa Sé (Relvas, *Notas* [...], 1919: AHCP, cx. 405). Porém, esta “oposição velada” e a posição de confronto com Afonso Costa, expressa nas *Memórias Políticas*, sobre a matéria foi política, não versou as implicações sobre bens culturais da Igreja inscritas na lei.

dimensão mundana da vida diplomática, através da decoração a residência oficial (para onde levou arte da sua coleção dos Patudos) ou das festas e recepções ao corpo diplomático. Ao mesmo tempo, José Relvas desenvolveu em Espanha uma vasta rede de sociabilidades, ao mais alto nível da intelectualidade madrilena, contatando com escritores, jornalistas, pensadores, políticos e empresários, os identificou nas suas memórias (destaca-se o famoso cientista, e prémio Nobel, Ramon & Cajal, 1852-1934), junto de quem procurou promover a cultura portuguesa (Relvas, 1977, vol. II, p. 26-30)<sup>3</sup>.

Logo nos primeiros dias em Madrid, o ribatejano, teve honras de discurso numa homeagem pública ao músico Thomas Bretón (1850-1923), na qual a imprensa espanhola mostra familiaridade como “coleccionador e artista”, agora em funções diplomáticas (*El País*, 28/11/1911, p. 2). Sabemos que família Relvas acompanhava a temporada musical de Madrid. Nesta capital, juntamente com o filho Carlos Loureiro Relvas (1884-1919), pianista e gestor agrícola, foi aceite como sócio na *Sociedad Filarmónica de Madrid* (1913), assim como na *Asociación Wagneriana de Madrid* (Noras & Prates, 2019, p. 149).

No âmbito das suas funções diplomáticas, podemos registar o apoio político e, eventualmente judicial, em favor do empresário teatral luso-argentino Faustino da Rosa (1861-1936), (Relvas, ca. 1912).

Bem como, o apoio ao processo de tradução para castelhano da peça “Envelhecer” do dramaturgo português Marcelino Mesquita (1856-1919), (Castro, 1912).

---

<sup>3</sup> Na nossa tese, identificamos boa parte da rede de sociabilidades culturais e políticas de José Relvas, durante a missão diplomática em Madrid, através das *Memórias Políticas* e da correspondência, concluído que 28% do nomes citados se referiam jornalista; 28% a artistas; 15% a intelectuais e académicos e 6% a empresários, sendo 56% se tratava de pessoas com atividade política relevante, independentemente da sua profissão (*A ação política e o ideário social de José Relvas (1858-1929)*, vol. I, capítulo 5, p. 512, aguarda defesa).

Para além desses aspetos formais, correntes e/ou circunstanciais da atuação diplomática, a promoção da cultura portuguesa em Espanha teve um momento marcante: a participação de autores nacionais numa grande Exposição de Belas Artes em Madrid. O diplomata ribatejano deu conta de um projeto gorado de uma grande exposição de arte portuguesa e espanhola em Lisboa. Contudo, no Reino de Espanha, as Sociedades de Belas Artes de Lisboa e de Madrid conseguiram obter os necessários apoios para participação de artistas portugueses na *Exposición Nacional de Pintura, Escultura y Arquitectura*, em Madrid entre maio e junho de 1912, (Relvas, 1977, vol. II, pp. 39-41). Este evento foi o sucesso mais evidente da “política de aproximação cultural” promovida por Relvas na capital espanhola.

Em meados de abril, a revista *Ilustração Portuguesa* (15/04/1912: pp. 500-501) fez notícia da presença artística portuguesa em Espanha, com imagens de alguns autores e das respetivas obras de arte. O redator destacou Columbano Bordalo Pinheiro (1857-1929); José Malhoa (1855-1932); Constantino Fernandes (1878-1920); Emília dos Santos Braga (1867-1949); António Carneiro (1872-1930); e João Vaz (1859-1931); Simões de Almeida (sobrinho, 1880-1950); a Tomás Costa (1861-1932); a Costa Mota (tio, 1862-1930); e Júlio Vaz Júnior (1877-1963), (“A Exposição de Pintura Hispano Portuguesa”, *Ilustração Portuguesa*, 15/04/1912: pp. 500-501). A exposição foi inaugurada pelo Rei D. Afonso XIII (1886-1941), a 18 de Maio, com franca projeção na imprensa madrilena, tanto generalista como especializada, (*El Liberal*, 19/05/1912, p. 1; 23/05/1912, p. 1; *La Epoca*, 18/05/1912, p. 2).

A mesma dinâmica presidiu à ideia de um ciclo de conferências sobre Portugal, a realizar em Madrid, sob a égide da prestigiada “academia cívica” do *Ateneo Científico, Literario y Artístico de Madrid*, presidido pelo lusófilo Rafael Labra (1840-1918), próximo de José Relvas. Já afastado da diplomacia, o português recusou esse

convite, sugerindo o envolvimento de outros intelectuais portugueses (Labra 1913, Relvas, 1977, vol. II, pp. 39-40). Na realidade, todas estas nuances da ação diplomática não revelam nada de muito concreto, num estrito sentido patrimonial.

Não consta ter existido uma promoção cultural (ou turística) de conjuntos monumentais portugueses em Espanha, nem tão-pouco, de simples propaganda dos novos Museus, pelos serviços da Legação de Madrid ou pelo seu titular. No entanto, na estratégia de “*deténte* política” junto da corte espanhola e de promoção cultural do país nas elites autóctones podemos considerar presente uma noção “holística de cultura portuguesa”. Desta forma, os artistitas lusos, na sua maioria associados às tendências naturalistas, eram intérpretes dessa herança, cujo gosto, valores simbólicos e conceptuais davam a conhecer e, desse modo, preservar um “todo de portugalidade”.

### **2.3 Na Presidência do Ministério (1919)**

Depois um precoce abandono da política em 1914, em ruptura com linha programática dominante, José Relvas foi sensível ao apelo de liderar um governo de “concentração republicana” no contexto difícil de 1919. Estava iminente a “guerra civil”, com núcleos de generalizada constestação ao “regime da República Nova”, quer de republicanos em Santarém e na Covilhã, quer dos monárquicos no Porto e a norte do Douro. Este período e, em particular o governo liderado por Relvas, tem sido estudado (Batista, 2015, pp. 57-66, Noras, 2019, pp. 105-116). Na nossa pesquisa, localizámos um conjunto de “notas de governação”, dactilografadas por Relvas, documentando o quotidiano dos 62 dias desse Governo. Através delas e da legislação produzida, foi possível uma síntese das medidas de carácter cultural e histórico-patrimonial, relacionadas com as funções exercidas.

No que respeita à resenha de toda a legislação produzidas nos dois meses de Governo, como seria espectável, não existiu nenhum decreto, nem da Presidência, nem do Ministério do Interior, diretamente relacionado com assuntos patrimoniais e/ou culturais, sob tutela do Ministério da Instrução, confiado a Domingos Leite Pereira (1882-1956). Porém, o louvor governamental à Associação de Bombeiros Voluntários de Lisboa, também, de certo modo, teve um carácter histórico-cultural, referindo-se diretamente às comemorações cinquentenário da coletividade, para além dos valorosos serviços à comunidade durante as revoltas recentes (*Diário do Governo*, 24/03/1919).

As “notas da agenda” do governante contam mais do que legislação produzida. Numa análise tipológica dos assuntos sumariados, registamos 4,5% das referências respeitando a temas culturais e patrimoniais. O assunto mais mediatizado desse período foi a polémica em torno da mudança de local da estátua de Eça de Queirós, em resposta a sucessivos atos de vandalismo, debate patrimonial por excelência, envolvendo as várias problemáticas da arte pública. A opinião do Presidente do Governo, que pretendia colocar a estátua no Jardim da Estrela, colheu forte oposição nos meios culturais e em vários periódicos (Araújo, 1919; Relvas, 1919). A estátua não chegou a ser mudada de sítio (Relvas, 1919; 1977, vol. II, pp. 157-158).

Os restantes “assuntos culturais” das “notas de Governo” respeitaram à atribuição de subsídios, ou, caso isso não se tenham concretizados, pelo menos à assumpção da necessidade destes. Foi caso da nota “subsídio para o Museu de Coimbra”, identificado por Duarte Freitas (2016, pp. 196-197), como uma tentativa pela gestão do Museu Machado de Castro de obter uma dotação direta da Presidência do Ministério, cortornando a burocracia normal para o efeito.

Num estrito registo monumentalista, Relvas mostrou-se preocupado com a “Capela do Mosteiro de Jesus, em Setúbal” e deu indicações para salvaguarda dos

azulejos da Capela do Forte de São Filipe, aspeto que parece ter ficado por acautelar. Já, em Évora, o chefe de Governo perante o estado de ruína da Igreja das Mercês, recomendou “*intervenção dependente do Ministério das Finanças*”, a qual, ao que tudo indica teve início na época (Relvas, 1919).

Noutros casos, em Lisboa, procurou saber que tipo de critérios motivavam os embargos de obras particulares pela Comissão de Estética Municipal, assunto sem continuidade. Também na capital, solicitou informação sobre dependências do teatro de São Carlos, cedidas à Polícia Preventiva, entretanto extinta (Relvas, 1919).

Tais notas referem “apoios às artes”, materializados nas subvenções à Orquestra Sinfónica de Lisboa (dirigida por Viana da Mota {1868-1948}) destinadas ao seu funcionamento regular e uma viagem ao estrangeiro, subsídios que deveriam ser geridos com a Câmara Municipal de Lisboa (Relvas, 1919).

Nas suas *Memórias*, Relvas menciona “a organização dos Museus Nacionais e de uma nova rede museológica”, situação que não tem correspondência nas “notas” ou na legislação. Contudo, o Ministério da Instrução criou o cargo de conservador do Museu Nacional de Arte Contemporânea, aspeto que provavelmente contou com a influência do chefe de Governo (Relvas, 1977, vol. II, p. 158; *Diário do Governo*, 28/03/1919).

Em linhas gerais, não existiu uma política cultural concertada do “Governo Relvas”. Sabemos que os desafios políticos eram avassaladores e as diversas forças políticas representadas tinham, naturalmente, diferentes agendas próprias. O curto governo também parece não ter dado margem para outro tipo de intervenção cultural. As medidas avulsas que elencámos reduziram-se apoios pontuais, fossem para obras urgentes e/ou funcionamento corrente, de organismos ou de associações.

### 3. Ação associativa: dinâmicas culturais e patrimoniais

José Relvas chegou à política através do associativismo. De facto, foi o seu envolvimento como “líder dos agrários do Sul” que, para além da sua popularidade no Ribatejo, o colocou, em 1907, em “rota de colisão” com a política agrária dos últimos governos monárquicos. Esta vida associativa, não se extinguiu com a política, nem se resumiu ao universo agrário. Através da documentação existente no AHCP promovemos um quadro das diversas participações associativas de José Relvas, que podemos documentar e, a partir daí, uma análise do seu impacte nas dinâmicas culturais desse percurso cívico.

**Quadro 1** – *Dinâmicas Associativas de José Relvas* (Fontes: documentos do AHCP).

Tipo	Associação	Adesão	Abandono	Cargos	Fontes
Agrícola	Associação Central da Agricultura Portuguesa (RACAP/ACAP)\	1886	1922(?)	Comissão Administrativa (1918-1919)	AHCP, vários
Agrícola	Sindicato Agrícola de Alpiarça	1896 (Fundador)	1920 (?)		AHCP, vários
Agrícola	Sindicato Agrícola de Santarém	1918	1929 (?)		AHCP, vários
Agrícola	Sindicato Agrícola do Fundão	1901		Sócio Honorário	AHCP, cx. 103
Comercial	Associação Comercial de Lisboa	1917(?)			AHCP, cx. 5
Comercial	Associação Comercial de Viseu	(?)			AHCP, vários
Artística	Grupo de Amigos do Museu de Arte Antiga	1912	1919		AHCP, cx. 91
Artística	Sociedade Nacional de Belas Artes	1911	1929(?)	Presidente da Assembleia-	

				Geral (1912-1914)	
Cultural	Societé Académique d'Historie Internacional	1912		Sócio Honorário	AHCP, cx. 371
Cultural	Associação dos Arqueólogos Portugueses	1916	1923		AHCP, cx. 5
Cultural / Política	Sociedade Internacional de Ciências Sociais (Secção Portuguesa)	1908 (Fundador)	1912		
Desportiva	Sociedade dos Amadores do Jogo do Pau da Golegã	1881			AHCP, cx. 91
Desportivo	Autómovel Club de Portugal	1911	1920 (?)	Presidente (1911-1917)	AHCP, cx. 102
Desportivo	Automobile Club de Suisse	1917		Sócio Honorário	AHCP, cx. 102
Musical	Sociedade de Amadores de Música de Câmara	1900 (Fundador)		Direção (1900-1902)	Relatórios AHCP, cx. 96
Musical	Sociedade Filarmónica de Madrid	1913			AHCP, cx. 91
Musical	Associação Wagneriana de Madrid	1913	1919		AHCP, cx. 91
Zóofila	Associação dos Amigos do Jardim Zoológico				AHCP, cx. 102
Filantrópica	Associação de Escolas Móveis João de Deus	1907	1909		AHCP, cx. 5
Filantrópica	Bombeiros Voluntários de Viseu	1925 (?)			AHCP, cx. 13

O quadro 1 revela-nos o associativismo como constante ao longo dos vários períodos da vida de José Relvas, o qual não se circunscreveu a determinadas áreas ou setores de atividade. Se as participações nos sindicatos agrícolas eram conhecidas na sua generalidade, outras responsabilidades, como por exemplo a Presidência do Automóvel Club de Portugal, carecem de um melhor estudo. Neste caso, a participação, parece ter obedecido a estratégia de aproximação política às novas insituições republicanas e aos seus líderes, com vantagens sócio-políticas recíprocas (Sousa, 2016, pp. 95-96).

No vasto campo artístico e cultural, houve uma evidente predilecção pela música, arte à qual se dedicava desde jovem, com inegáveis dotes (Ávila, 1984, p. 38-42). A participação pontual, mas prestigiante, nas sociedades musicais madrilenas, revela, um espírito de compromisso completamente diferente da participação na Sociedade de Amadores de Música de Câmara, da qual foi dos principais mentores e artistas.

Tudo indica que como membro do antigo “Grémio Artístico”, José Relvas também tenha sido fundador das Sociedade Nacional de Belas Artes (SNBA), em Lisboa, na qual veio a presidir à Assembleia Geral por várias vezes. Embora as séries documentais apresentem lacunas, também demonstram que participou na organização de exposições e noutras atividades regulares dessa “academia artísitca” (SNBA, 1908-1928).

A nomeação como membro honorário da *Société Académique d’Histoire Internacional*, com sede em Paris, em 1912, parece-nos ter resultado de deferência diplomática e não ter tido qualquer desenvolvimento prático (Martinville, 1912). No que também se pode considerar uma associação intelectual com fins académicos, mas também políticos, José Relvas participou com José de Mattos Braamcamp (1868-1953)

na criação do “grupo português” da Sociedade Internacional de Ciência Social (ou *Société internationale de science sociale - SISS*), cujo objetivo resultava na divulgação da “ciência social” baseada nas teorias dos franceses de Frédéric Le Play (1806-1882) e Henri de Tourville (1842-1903), de certo modo ligados a meios de renovação católica. O grupo português promoveu um ciclo de palestras, com participação de representantes franceses em Portugal, demonstrando uma certa vitalidade política durante 1908. Alguns investigadores apontam a participação de personalidades ligadas ao que podemos chamar uma “ideia de democracia cristã” (Martins, 1993, p. 14; Braamcamp, 1908).

Diversas participações associativas, (e especulamos que existam outras), parecem ter sido meramente pontuais ou, pelo menos, muito circunscritas a determinado período, correspondendo a pedidos de amigos, a causas filantrópicas importantes para os Relvas, a momentos específicos de atuação. Neste âmbito, inserem-se as duas coletividades diretamente relacionadas com a defesa do património histórico-cultural de que foi sócio. Por um lado, tudo indica que acompanhou a constituição do Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga, como cidadão interessado e político atento. Ter-se-á mantido como sócio alguns anos, mas sem responsabilidades conhecidas, nem intervenções de relevo. É verdade que conhecia bem os museus portugueses e se correspondia com os seus responsáveis, mas não consta ter feito uso desta ou de outra associação para desenvolver os seus interesses culturais na área.

Do mesmo modo, as fontes demonstraram uma participação circunstancial na Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP). Relvas foi eleito sócio em 1916, mantendo-se pelo menos até 1923, quando se lhe reclamaram quotas atrasadas. Porém, uma carta da direção veio a conferir-lhe um “estatuto especial”, afirmando para não se preocupar com a situação das quotas, tendo em conta o seu papel de destaque nos meios

culturais e políticos (Associação dos Arqueólogos Portugueses - APP, 1923). Estas curtas missivas revelam que em muitos casos existiu um interesse de representatividade pública acrescida na participação de José Relvas em determinadas associações, como parece ter sido o caso da AAP ou do, já citado, ACP.

As dinâmicas associativas documentadas demonstram a vasta versatilidade de interesses de José Relvas. Nem sempre resultando num ativo envolvimento societal, mas, não obstante, foram, sobretudo no campo da música e, de certo nas belas-artes, um esteio do seu ativismo cultural.

Dentro e fora das associações, o vitivinicultor ribatejano participou em diversas dinâmicas culturais com fins beneméritos e, de certa, forma de promoção e de salvaguarda dos património e heranças históricas e artísticas. De facto, podemos elencar alguns eventos marcantes ao longo da vida de José Relvas, constituíram um exemplo de dinâmicas de organização cultural que foram constantes no seu envolvimento com artistas, mecenas, colecionadores ou simples interessados. Uma vez mais, nestes processos a música foi determinante, contudo a ela não se resumiram os interessantes organizativos do “senhor do Patudos”.

De facto, provavelmente a sua maior concretização cultural foi um autêntico “Festival de Música”, realizado em 1905, trazendo a Lisboa os reputadíssimos intérpretes Raoul Pugno (1852-1914) e Eugene Ysaÿe (1858-1931). A organização e os custos foram repartidos com amigos do meio musical. Decorreram três concertos, dois dos quais programados a 24 e a 25 de março, e uma “sessão extra” a 27 do mesmo mês, todos no Teatro D. Amélia (Noras, 2009, p. 114-115). Em texto enviado à imprensa, publicado sob várias versões, em vários jornais, José Relvas publicitou esse “grande momento musical”:

[...] O publico de Lisboa tem tido varias vezes ensejo de ouvir um ou outro grande artista no piano ou na rabeça, mas ate agora ainda não lhe foi dado o prazer de ouvir, juntas, duas celebridades naquelles dificeis instrumentos, como o são o grande pianista Raul Pugno e colossal violinista Eugene Ysaÿe. / É incomparável nestes dois artistas reunidos a completa fuzão de temperamentos attraídos por affinidades de energia e de lirismo taes que se suggestionam reciprocamente, elevando-se a culmiancias de expressão e de sentimento impossíveis de vencer com o esforço isolado de cada um. [...], (Relvas, 1904).

O sucesso deste evento foi assinável no meio cultural lisboeta. Aliás, parece ter fomentado interesse nos empresários e companhias profissionais da capital portuguesa. Naturalmente, não foi o único concerto organizado com a colaboração de José Relvas, o qual participava, com regularidade na preparação do programa da Sociedade de Amadores de Música de Câmara, mesmo quando deixou de tocar no quintento. Noutro registo, podemos também referir os concertos de inauguração da Casa dos Patudos, em 1906, aos quais se sucederam sessões irregulares de atividade musical e de fruição cultural no «solar dos Relvas».

O desenvolvimento de eventos culturais e a participação regular em atividades do género foi uma constante na vida de José Relvas, na qual podemos integrar diversos tipo de homenagens a individualidade marcantes da cultura portuguesa. Assumiu particular importância a sua participação na Azoia de Baixo na homenagem promovida, já durante a Ditadura Nacional, a Alexandre Herculano, por um grupo de signatários ligado ao jornal *Correio da Extremadura*, dirigido por João Arruda (1868-1934), com ligações bem conhecidas ao Partido Nacionalista, de tendências conservadoras e liberais. Essa homenagem não confrontado os poderes instituídos “na situação”, parece ter configurado contornos de afirmação sociopolítica de um determinado grupo

regional dentro “das direitas” do novo regime. José Relvas participou a convite do antigo funcionário das finanças e escritor local José Osório (1868-1931), tendo proferido um brilhante discurso publicado quase integralmente no *Diário de Notícias*, de onde se excluiu um excerto abertamente crítico da censura e da repressão políticas (*Diário de Notícias*, 24/5/1929, p. 6). Esta participação na homenagem a Herculano teve profundos significados políticos e culturais, tendo ficando, associada a uma “memória social do republicanismo”, nas suas várias vertentes, na região ribatejana.

### 3.1 Participação em organismos públicos culturais

Estas dinâmicas associativas, bem como o perfil cultural de José Relvas, motivaram a sua participação em organismos de natureza técnica no setor cultural. Num dos casos, localizámos uma convocatória para um júri de um concurso alusivo às escolhas dos manuais de educação musical (Andrade, 1922).

A correspondência oficial também atesta a sua colaboração como perito no Conselho de Arte e de Arqueologia de Lisboa, para o qual foi cooptado como vogal. Ainda teria essas funções em 1920 (Conselho de Arte e de Arqueologia de Lisboa, 1920).

Nesta década, foi polémica a nomeação de José Relvas como Presidente do Conselho do Património Artístico, na dependência dos serviços do Ministério das Finanças (*Diário do Governo*, 29/10/1919, pp. 2193-2194). A “questão” relacionou-se com as funções do órgão, “promover a conservação e o aproveitamento do património Estado”, aspeto já tutelado pelos Conselhos de Arte e de Arqueologia, na legislação republicana em vigor, (Soares, 2016, pp. 89-100). No artigo “Conselho do Património Artístico” a *Revista de Turismo* (1920, pp. 109-110) destacou as qualidades e o *curriculum* de José Relvas, elogiando a sua escolha para Presidente. Porém, o redactor supôs Júlio Dantas (1876-1962), no cargo de vogal, como o “verdadeiro mentor”

daquele grupo de peritos com novas funções sobre o património histórico-cultural. Não obstante o reconhecimento dos vários especialistas nomeados, não é conhecida nenhuma ação concreta deste órgão consultivo, o qual, segundo os estudos conhecidos, terá deixado de existir em 1924, sem que se saiba se chegou a ter real atividade. Os documentos do Ministério das Finanças são inconclusivos em relação a essa data, mas permitem constatar a sua dissolução em data anterior a 1933 (Soares, 2016, pp. 90-110).

#### **4. Dinâmicas particulares: colecionador, mecenas e crítico**

Na realidade, o principal foco de atividade de José Relvas em prol da salvaguarda do património histórico-cultural, nas suas várias dimensões, foi desenvolvido na sua esfera de atuação pessoal. Foram essas sensibilidades de artista, de colecionador, de mecenas e de crítico a motivar as suas participações associativas e a influenciar a sua esfera de atuação política.

De facto, parte da sua coleção resultou da aquisição de património que de outra forma se teria dispersado (eventualmente desaparecendo) e, pese embora, o seu fito inicial não revistesse o da constituição de uma “coleção pública visitável”, diversos documentos do acervo demonstram intuítos patrimonialistas na aquisição de determinados bens culturais. Tendo por base a coleção José Relvas, Fernando Grilo (2016, pp. 174-185), abordou a salvaguarda dos patrimónios monásticos através das dinâmicas do colecionismo, aspeto muito relevante para estudos de caso em contexto similares (Grilo, 2016, pp. 174-185). Nem a Casa dos Patudos, *tout court*, nem a sua coleção entendida como todo um objeto cultural merecerem até agora a “análise total”, sugerida por Grilo.

Por outro lado, várias peças, das cerca de 8 mil que ali se albergam, tem sido objeto de “estudos de caso” e de outras abordagens, entre as quais destacamos os

catálogos coordenados por José Falcão (2004; 2006; 2007), assim como os ensaios mais recentes de Nuno Prates (e Rocha, 2015, pp. 9-38; 2013, pp. 51-59; 2017, pp. 41-50), com enfoques diversos, com enfoques diversos. De qualquer modo, “coleção José Relvas” sendo “documento de uma vida” deverá ser contextualizada precisamente pelo estudo da vida de quem a desenvolveu, na nossa visão, com enfoque político.

Gostaríamos de salientar a aprendizagem artística de José Relvas com seu pai Carlos Relvas nos valores culturais desse tempo, com diversas afinidades de gosto. Sabemos que lhe foram transmitidos conhecimentos suficientes para saber fotografar e produzir fotografias de qualidade (Noras, 2009, pp. 40-43). Também sabemos que várias fotografias suas foram utilizadas como modelo na produção de painéis azulejares da Casa dos Patudos (Prates, 2013, pp. 51-59). A pesquisa revelou a participação do filho na organização das exposições fotográficas do pai, aspeto que não será de todo surpreendente, mas nos parece ter motivado quer os primeiros contatos com os meios culturais portugueses (e europeus), quer os primeiros escritos sobre arte que lhe conhecemos.

Recém-formado em letras, José Relvas assinou o prefácio do magistral *Album de Phototypias da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental*, produzido por seu pai em 1883. Nesse texto considerou:

[...] As exposições agremiam em curto espaço e em tempo limitado os resultados mais distintos da intelligencia e da actividade applicadas ás sciencias, ás artes e industrias. Já para os contemporâneos são essas collecções de grande interesse, porque affirmam n’uma synthese a marcha do trabalho intellectual e material, facilitando novas descobertas e grandes applicações. [...], (Relvas, 1883, p. 9).

O trecho traduz uma leitura atenta do “espírito do tempo”, daquele fim de século, articulando as simbioses em arte e ciências materilizadas em todo o tipo de

exposições. Esse texto breve foi demonstrativo da maturidade intelectual do autor e dos seus conhecimentos artísticos e literários, nessa altura, época, em que tudo indica, começou também a colecionar objetivos de valor artístico e patrimonial, ainda antes da mudança definitiva para Alpiarça.

Não obstante toda esta envolvência, não deixa de surpreender, que aos 29 anos de idade, José Mascarenhas Relvas veja os seus «trabalhos como arqueólogo» reconhecidos pelo Reino da Bélgica, com o grau de Cavaleiro da Ordem de Leopoldo (Legação da Bélgica, 1885)<sup>4</sup>.

O jovem literato já era gestor das várias dimensões dos patrimónios da família e, nos meios aristocráticos com os quais se aparentava, estas “comendas” teriam um carácter simbólico. Contudo, aparentemente pode ter sido a colaboração com os trabalhos artísticos de seu pai e, em particular, a participação na produção do supracitado álbum a motivar este reconhecimento belga, para além da sua presença precoce nos circuitos do colecionismo de arte da Europa.

Ao longo da sua vida, em períodos distintos, cuja análise específica da correspondência e dos registos comerciais, poderá servir para sistematizar, esteve próximo de vários artistas de grande nomeada. De entre muitos outros, foram os casos de José Malhoa (1855-1833); de Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905); ou de Constantino Fernandes (1878-1920). Sendo bastante conhecida a proximidade de José Relvas com estes artísticas, tiveram menos relevo os seus textos críticos sobre eles, sendo essa, outra das suas dimensões da acção cultural da sua esfera pessoal. José Relvas escreveu sobre Malhoa, num texto retrospectiva da carreira até então; sobre Bordalo, numa sentida elegia no momento da morte do artista e do amigo; ou sobre

---

<sup>4</sup> No AHCP existe ainda uma carta (Correa, 1926) de 1926 (AHCP, cx. 14, pasta 2) informando sobre insígnias belgas guardadas do Ministério da Instrução para que Relvas pudesse levantar em Lisboa, o que pode não ter acontecido, uma vez que no AHCP, só existe o diploma. Não foi possível localizar as insígnias ou saber se alguma vez lhe foram entregues.

Constantino Fernandes, incentivando os primeiros passos da carreira. Essas foram algumas das colaborações de José Relvas com a revista *A Arte Musical*, dirigida pelo seu amigo Michel Ângelo. Essas foram algumas das colaborações de Lambertini. De modo, a exemplificar a sua faceta de crítico de arte, apresentamos um novo quadro síntese da sua colaboração com as revistas *A Arte Musical* (Lisboa) e *Arte* (Porto).

Quadro 2 – Identificação dos artigos de José Relvas em «*A Arte Musical*» e «*Arte*»

Referência	Assunto	Assinatura
<i>A Arte Musical</i>		
“ <b>Puvis de Chavannes (Notas de viagem)</b> ” I e II em <i>A Arte Musical</i> , n.º 76, 28 de fevereiro de 1902, pp. 30-31, n.º 77, 15 de março de 1902, pp. 38-39	Crítica dos trabalhos de Puvis Chavannes em Paris	R. J.
“ <b>Notas de Viagem</b> ” I a II, em <i>A Arte Musical</i> , n.º 104, 1 de maio de 1903, pp. 87-91, 15 de maio de 1903, pp. 99-103	Artigo referente a concertos diversos assistidos na Áustria e na Alemanha	José Relvas
“ <b>Notas de Viagem – Alguns artistas modernos no Louvre</b> ” em <i>A Arte Musical</i> , n.º 121, 15 de janeiro de 1904, pp. 5-8.	Análise de uma visita ao Louvre centrada nas obras de Courbet, de Corot e de Millet	José Relvas
“ <b>Festival Pugno-Ysaye</b> ” em <i>A Arte Musical</i> , Lisboa, n.º 124, 29 de janeiro de 1904, pp. 65-67; n.º 125, 15 de março de 1904, pp. 77-78. n.º 126, 31 de março de 1904, pp. 96-97.	Notícia sobre o “Festival Pugno Ysaye”, por ele organizado em Lisboa	R. e “sem assinatura”
“ <b>Bordalo Pinheiro</b> ” em <i>A Arte Musical</i> n.º 124, 15/02/1905, pp. 28-29.	Elegia sobre artista e amigo Rafael Bordalo Pinheiro	R.
“ <b>José Malhoa – o Zé Pereira</b> ” em <i>A Arte Musical</i> , 30 de abril de 1907, p. 95.	Revisão crítica do quadro “Zé Pereira” de Malhoa	Guido

<p><b>“Max Klinger — Beethoven (Escultura existente no Museu de Leipzig)”</b> em <i>A Arte Musical</i>, nº 265, 31 de dezembro de 1909, pp. 293-294.</p>	<p>Sobre a escultura de Max Klinger no Museu de Leipzig, retratando Beethoven</p>	<p>José Relvas</p>
<i>Arte</i>		
<p><b>“Martyres Crhistãos”</b> [de Constantino Sobral], em <i>Arte: arquivo de arte</i>, n.º 13, Janeiro de 1906, [p. 4.]</p>	<p>Nota breve sobre pintura de Constantino Fernandes</p>	<p>J. R.</p>
<p><b>“João Marques de Oliveira”</b>, <i>Arte: arquivo de arte</i>, n.º 58, Outubro de 1909, pp. 74-78.</p>	<p>Artigo retrospectivo sobre a pintura de Marques de Oliveira</p>	<p>Guido</p>
<p><b>“A influencia da Escola Veneziana”</b>, em <i>Arte: arquivo de arte</i>, n.º 75, Março de 1911, p. 18.</p>	<p>A influência da escola veneziana na arte renascentista e na pintura europeia ocidental</p>	<p>R.</p>
<p><b>“Colorido e a maneira de pintar de Raphael”</b>, em <i>Arte: arquivo de arte</i>, Porto: Marques Abreu, n.º 77, Maio de 1911, pp. 39-40</p>	<p>Sobre a mestria da pintura de Rafael.</p>	<p>Quincy</p>
<p><b>“Raphael no Vaticano”</b>, em <i>Arte: arquivo de arte</i>, n.º 87, Março de 1912, pp. 22-24.</p>	<p>Sobre a presença e as obras de Rafael no Vaticano</p>	

Numa simplificação estatística, se em *A Arte Musical*, 37% dos textos versaram sobre pintura, em *Arte* toda a sua produção se centrou em pintores seus conhecidos ou autores clássicos. Matéria para outra abordagem será a da comparação conceptual de todos estes textos. Aqui, salientamos que em nenhum dos casos identificamos Relvas versou sobre conjuntos edificados e/ou sobre uma temática estritamente patrimonial, num sentido estrito material e monumental.

Na última fase de maior “isolamento social”, *grosso modo*, correspondente aos anos 20, após a morte do filho Carlos e do fracasso do seu projeto de reconfiguração política, o principal interesse de José Relvas foi a sua coleção de arte. Neste âmbito, localizámos um interessante conjunto de correspondência documentando a colaboração do ribatejano na exposição do Centenário da Fábrica da Vista Alegre. O mecenas cedeu uma das suas peças, mas também procurou obter outras, tecendo, aliás considerações muito críticas a “coleccionadores ávaros” no que diz respeito à exposição pública das suas peças de arte, (Relvas, 1924). Ainda que não seja para já possível documentar outras participações semelhantes, esta colaboração com a Vista Alegre refletiu uma clara noção da importância das coleções particulares para a educação do público e o possível amadurecimento da ideia de um legado público que veio materializar no seu testamento.

Neste período, ainda localizámos um interessantíssimo documento do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações (IICI, organização “antepassada” da atual UNESCO), subscrito pelo seu primeiro diretor, Julien Luchaire (1876-1962). Os técnicos do IICI pretendiam ter acesso à coleção de fotografias de José Relvas, num quadro de inventário global de bens culturais, onde esses documentos constituiriam uma fonte importante. Os documentos existentes não permitiram conhecer os eventuais desenvolvimentos deste processo (Luchaire, 1926).

Por último, neste registo pessoal, cabe-nos identificar uma dimensão de *sage* subjacente à correspondência sobre vários assuntos localizadas no AHCP. Duas cartas, exemplificam como os seus conhecimentos eram solicitados, fora dos domínios da arte e da política. Num dos casos, em 1908, escrevendo de Ceuta, Manuela Gonzales Cantanhede (?-?) e Isidor Gomez (?-?, provavelmente seu marido) descrevem aparentemente uma moeda islâmica, talvez “portuguesa”, pedindo apoio nessa

identificação (Cantanhede & Gomez, 1908). Noutra altura, em 1927, será o jornalista e “historiador local”, Álvaro Netto (1903-1971), a procurar apoio na interpretação de supostos vestígios pré-históricos da Chamusca, de outros aspetos da história da vila, para elaboração de uma monografia, a qual não identifica (Netto, 1927).

A última vertente pessoal próxima das dinâmicas de salvaguarda patrimonial relaciona-se com o legado instituído em prol do Município de Alpiarça por disposição testamentária. O testamento de José Relvas assume a Casa dos Patudos e a sua coleção como um “documento de vida”, sem pretensão de museu, empreendimento que tanto a autarquia, como o legado agrícola não teriam condições de manter. Dispôs que todas as intervenções no espaço deveriam ser articuladas com o Conselho de Arte e Arqueologia da região de Lisboa, organismo, de certa forma tutelar, dessa sua doação patrimonial. O principal fim do testamento foi a criação da obra filantrópica, para a qual eram canalizados os principais recursos das propriedades legadas (Relvas, 1928). Esse documento pressupõe a sua não publicação, aspeto que divide juristas, tendo sido respeitado pelos diversos investigadores. As outras doações e legados não assumiram um carácter cultural, exceptuando de certo modo, a dos instrumentos musicais ao Conservatório de Música de Lisboa, os quais não foi possível identificar.

## **V. Conclusões breves**

Uma causa económica levou-o à vida política, nessa acção pública o seu principal meio de subsistência foi entendido como o setor primário onde se deveria basear o desenvolvimento económico do país. Essa especial predileção pela vitivinicultura, num entendimento económico, mas não economicista, da realidade, não limitou os horizontes do “homem do Ribatejo”, José Mascarenhas Relvas. As dimensões culturais e artísticas da existência foram para si um esteio, “fazendo da vida

uma obra de arte”, tal como na paráfrase de Faguet (1847-1916), usada por um dos seus biógrafos (Bastos, 1906). Admirador dos grandes mestres do humanismo europeu, dentro e fora do seu tempo, teve continuamente presente a importância social dessas dimensões na vida da comunidade.

Nas diferentes esferas da sua atuação materializam-se os aspetos de uma vida multifacetada, na qual pode não parecer fácil encontrar coerência ou um fio condutor, quer porque muitas das vezes de facto, não os houve, quer porque “*a vontade dos factos*” se sobrepôs à “*vontade dos homens*”. Não podemos dizer que José Relvas tenha sido um acérrimo defensor do património cultural, entendido como conjuntos edificados, ou mesmo nas suas dimensões imateriais, tal como vários outros seus contemporâneos, aliás pioneiros dessas causas.

De qualquer modo, o fenómeno não lhe foi alheio, e, quando lhe foi possível, contribuiu para a proteção dos patrimónios histórico-culturais do Estado; participou em associações e em dinâmicas de proteção cultural e patrimonial; ou, agindo como colecionador, resgatou, adquiriu conjuntos e peças importantes, em vias de dispersão e/ou de destruição.

Em carta a um interlocutor desconhecido considerou:

[...] Sinto que a entrevista, visando principalmente a propaganda de um sistema de ensino nacional, practico e acomodado aos diversos graus de desenvolvimento intelectual, não tenha sido com quem, melhor do que eu, poderia trazer, pelas suas afirmações, um forte apoio às reformas, que, mais cedo ou mais tarde, têm de ser adotadas para sairmos duma situação, que convém (?) as melhores garantias para o futuro da instrução em Portugal [...], (Relvas, s. d.).

Esse futuro, passava, para o entrevistado, pela implementação de um “sistema de ensino racional”, senão alicerçado, fortemente apoiado na arte e na história da arte portuguesas, para cuja valorização deveria contribuir.

Pese embora, conheçamos com rigor as ideias políticas de José Relvas, apenas uma pequena parte dos seus textos estão publicados ou acessíveis. No que respeita à produção artística e cultural impõe-se um esforço de sistematização, de análise e de edição crítica dos diversos materiais inéditos e dispersos.

### Referências

- Andrade, E. B. (1922, 7 de Julho). [Carta a José Relvas], Arquivo Histórico da Casa dos Patudos (AHCP), (cx. 4, pasta 7, PT/AHCP/FR/JMR/A/01/004/07), Alpiarça, Portugal.
- Araújo, N. de (1919, 1 de Abril). Teimosia de Cegos – *A Verdade* de Teixeira Lopes, persiste-se em tirá-la dali. ano 2, n.º 727, 1.
- Associação Wagneriana de Madrid (1911-1913). [Circulares, correspondência, diverso], (“Documentos Artísticos, cx. 91, pasta 10, PT/AHCP/FR/JMR/A A/C2/08/91/10), Arquivo Histórico da Casa dos Patudos (AHCP), Alpiarça, Portugal.
- Automobile Club de Suisse* (1917). (“Cartões de Sócio”, cx. 102, pasta 22, PT/AHCP/FR/JMR/A/04/102/22), Arquivo Histórico da Casa dos Patudos (AHCP), Alpiarça, Portugal.
- Automóvel Club de Portugal (1915-1920). *Correspondência* [a José Relvas], (cx. 5, pasta 31, PT/AHCP/FR/JMR/A/01/005/031), Arquivo Histórico da Casa dos Patudos (AHCP), Alpiarça, Portugal.
- Ávila, H. de (1984, n.º 42/43, Julho/Outubro). José Relvas, Político Músico. *Boletim da Associação Portuguesa de Educação Musical*, 38 a 42.

- Bastos, J. T. da S. (1906, 23 de Julho). “A Casa dos Patudos”, *A Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 22, 698-704;
- Batista E., V. (2015). O Governo de José Relvas: uma tentativa de equilíbrios no pós guerra (janeiro de 1919 março de 1919). In Gaspar Pereira Martin, *et al.* (Coord.), *A Grande Guerra (1914-1918): problemáticas e representações*. Porto: FLUP, 57-66. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/14692.pdf>.
- Batista E., V. (2016). *Uma Diplomacia Estratégica: José Relvas em Madrid (1911-1913)*. Tese de mestrado em História, sob orientação de Teresa Nunes, apresentada à FLUL, Lisboa: FLUL. <http://hdl.handle.net/10451/24692>.
- Braamcamp, J. M. (*et. al.*), (1908). *A Sociedade Internacional de Sciencia Social e as verdadeiras leis de economia social já conhecidas pela aplicação do seu methodo de inquérito e estudo – A sua aplicação a Portugal*, Lisboa: *Société Internationale de Science Sociale (Grupo Português)* [Folheto], (cx. 7, pasta 25, PT/AHCP/FR/JMR/A/01/007/025), Arquivo Histórico da Casa dos Patudos (AHCP), Alpiarça, Portugal.
- Braga, T. (1909, 27 de Setembro), [Carta a José Relvas], Arquivo Histórico da Casa dos Patudos, (cx. 8, pasta 9, PT/AHCP/FR/JMR/A/01/008/009), Alpiarça, Portugal.
- Cantanhede, M. G. & Gomez, I. (1908). [Carta a José Relvas], Arquivo Histórico da Casa dos Patudos, (cx. 11, pasta 39, PT/AHCP/FR/JMR/A/01/011/39), Alpiarça, Portugal.
- Castro, C. de (1912). [Carta a José Relvas], Arquivo Histórico da Casa dos Patudos, (cx. 11, pasta, 28, PT/AHCP/FR/JMR/A/01/011/28), Alpiarça, Portugal.
- Conselho de Arte e de Arqueologia de Lisboa. (1920, 7 de Junho). [Carta a José Relvas], Arquivo Histórico da Casa dos Patudos, (cx. 13, pasta 11, PT/AHCP/FR/JMR/A/01/013/11), Alpiarça, Portugal.

Correia, A. M. (1956). Discurso. In *Diário da Assembleia Nacional*, (1956, 4 de Fevereiro), Lisboa: Assembleia Nacional, 439.

*Correio da Extremadura* (1911, 28 de Janeiro). A Arte Profanada – O que o Sr. José Relvas surpreendeu no convento de Mafra também se encontra em Santarém. In *Correio da Extremadura*, ano 20, n.º 1032, 1.

Custódio, J. (2013). *A Renascença Artística Renascença Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal Durante a I República.*, Lisboa, Caleidoscópio, 2 vols.

*Diário de Notícias* (1929, 24 de Maio). “Alexandre Herculano”, ano 65, n.º 22745, 24/5/1929, 6

*Diário do Governo* (1910, 22 de Novembro). Decreto de 19 de Novembro. In *Diário do Governo*, n.º 41.

*Diário do Governo* (1911, 21 de Abril). Lei de Separação do Estado e da Igreja, n.º 92.

*Diário do Governo* (1911, 29 de Maio). Decreto de 26 de Maio de 1911, n.º 124.

*Diário do Governo* (1919, 24 de Março). Decreto n.º 5290, In *Diário do Governo*, I série, n.º 57.

*Diário do Governo* (1919, 29 de Outubro). “Decreto 6183” em *Diário do Governo*, I série, n.º 220, 29/10/1919, 2193-2194.

Direção Geral da Fazenda Pública (1911, 21 de Abril). Despacho autorizando a entrega de objetos, 1911-03-21, *Arquivo Nacional da Torre do Tombo* (ANTT, PT/PNA/DGFP/0003/0001/00016), Lisboa, Portugal.

*El Liberal* (1912, 19 e 23 de Maio). La Exposicion de Bellas Artes, 1.

*El País* (1911, 28 de Novembro). Homenaje a Bretón – El sr. Relvas”, Madrid, ano 25, n.º 8916, 2;

Falcão, J. A. (Coord.). (2004). *Fragmentos de Eternidade: imagens da Virgem na Pintura*

*Europeia (séculos XVI a XIX)*, Alpiarça: Casa dos Patudos (Câmara Municipal de Alpiarça), col. “As Flores e os Frutos”, n.º I.

Falcão, J. A. (Coord.). (2006). *Filhos do sol, filhos da lua: aspectos da criação de gado bovino e da tauromaquia na Casa dos Patudos*. Alpiarça: Casa dos Patudos (Câmara Municipal de Alpiarça), col. “As Flores e os Frutos”, n.º III.

Falcão, J. A. (Coord.). (2007). *XIX Século XX — Momentos da Pintura Portuguesa da Casa dos Patudos*, Alpiarça e Figueiró dos Vinhos: Casa dos Patudos (Câmara Municipal de Alpiarça), col. “As Flores e os Frutos”, n.º V, 2007.

Freitas, D. (2016). *Museu Machado de Castro – Memorial de um complexo arquitetónico enquanto espaço museológico (1911-1965)*, Lisboa: Caleidoscópio/DGPC.

Grémio Artístico (s. d.), [Cartão de Sócio], (“Cartões de Sócio”, cx. 102, pasta 22 PT/AHCP/FR/JMR/A/04/102/22), Arquivo Histórico da Casa dos Patudos (AHCP), Alpiarça, Portugal.

Grilo, F. (2016). Coleccionismo e integração de património monástico Portugal no início do século XX – A Colecção José Relvas. In *Artis on – número especial*, n.º 3, 174-185. <http://artison.letras.ulisboa.pt/index.php/ao/article/view/89/82>.

Grupo de Amigos Museu Nacional de Arte Antiga, (ca. 1911). [Estatutos, documentos diversos], (“Documentos Artísticos”, cx. 91, pasta 4“SNBA” PT/AHCP/FR/JMR/A-A/C2/08/91/4), Arquivo Histórico da Casa dos Patudos (AHCP), Alpiarça, Portugal.

*Ilustração Portuguesa*, (1912, 15 de Abril). A Exposição de Pintura Hispano, 500-501. Intendente dos Palácios Reais, (1911, 16 de Março). [Carta a José Relvas], Arquivo Histórico da Casa dos Patudos (AHCP), (“Documentos Artísticos”, cx. 91, pasta 2, PT/AHCP/FR/JMR/AA/C2/08/91/2), Alpiarça, Portugal.

*La Epoca*, (1912, 18 de Maio). Ceremonia Inaugural - Los Reyes en la Exposición, 2.

Labra, R. (1913, 5 de Dezembro). [Carta a José Relvas], Arquivo Histórico da Casa dos

Patudos (AHCP), (“Documentos artísticos”, cx. 91, pasta 1, PT/AHCP/FR/JMR/A  
A/C2/08/91/1), Alpiarça, Portugal.

Legação da Bélgica, (1885). [Carta e Diploma da Ordem de Leopoldo enviados a José  
Relvas], (“Documentos pessoais e maçónicos”, AHCP, cx. 102, pasta 19  
PT/AHCP/FR/JMR/A/04/102/19), Arquivo Histórico da Casa dos Patudos (AHCP),  
Alpiarça, Portugal.

Luchaire, J. (1926, 1 de Setembro). [ Carta do Institut International de Cooperation  
Intellectuelle – Sociéte de Nations a José Relvas], (“Documentos pessoais e  
maçónicos”, cx. 102, pasta 19, PT/AHCP/FR/JMR/A/04/102/19), Arquivo Histórico  
da Casa dos Patudos (AHCP), Alpiarça, Portugal.

Martins, A. M. C. (1993). A escola da ciência social de Le Play na construção  
do conhecimento do serviço social português, disponível. In *Intervenção social*,  
Lisboa: ISSSL, n.º 7, 1993, (pp. 9-34), Obtido na  
<http://hdl.handle.net/11067/3908> [consultado a 30/10/2019].

Martinville, H. (1912, 14 de Março), [Carta a José Relvas], (“Documentos Políticos”, cx.  
371, pasta A, doc. 73, PT/AHCP/FR/JMR/C/01/371), Arquivo Histórico da Casa  
dos Patudos (AHCP), Alpiarça, Portugal.

Moura, M. L. de B. (2010). *A "guerra religiosa" na Primeira República*, prefácio de  
Fernando Catroga, Lisboa: Universidade Católica, 2.ª ed. revista e aumentada.  
Neto, Vítor, (1998). *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*,  
Lisboa: INCM, col. “Análise Social”.

Netto, Á. F. do A. (1927). *Correspondência*, [a José Relvas], (cx 36, pasta 8,  
(PT/AHCP/FR/JMR/A/01/036/008), Arquivo Histórico da Casa dos Patudos  
(AHCP), Alpiarça, Portugal.

- Noras, J. R. (2009). *Fotobiografia de José Relvas (1858-1929)*, prefácio de Mário Soares, introdução de João Bonifácio Serra, [transcrições e colaboração de Laurinda Paz], Leiria: Imagens & Letras.
- Noras, J. R. (2019). Salvar a República: entre idealismos e pragmatismos os 62 dias do “governo Relvas” em 1919. In Pires, A. P., Nunes, R. & Rezendes, S. (Coord.), *A Grande Guerra e os Açores: da estratégia naval à Pneumónica*, Ponta Delgada: Letras Lavadas, 105-116. <http://hdl.handle.net/10451/40508>.
- Noras, J. R., & Prates, N. (2019). Vivências da família Relvas na «Grande Guerra»: entre negócios, arte e a política In Joana Beato Ribeiro (Coord.). *Anais Leirienses - Estudos e Documentos, Nº 3 - Comunicações apresentadas no Colóquio da Exposição "Um Médico na Grande Guerra. Fernando da Silva Correia"*, realizado nas Caldas da Rainha em 22/09/2018, Leiria: Hora de Ler, 141-156. <http://hdl.handle.net/10451/40735>.
- Paz, L. (2013). *Arquivos de Casas-Museu. O Arquivo da Casa dos Patudos (I) e Contributos para identificação dos arquivos das casas-museus (II)*, dissertação de Mestrado em Ciência da Informação e da Documentação apresentada à Universidade de Évora, sob orientação do Professor Doutor Paulo Guimarães, Évora: UE, 2 vols. <http://hdl.handle.net/10174/16344>.
- Prates, N. (2013). “Representações de Campinos na Coleção de Arte da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça” em *Campinos Imaginários de uma — representações das Artes Visuais Portuguesas*, coord. David Santos, Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira/Museu Municipal, 2013, 51-59.
- Prates, N. (2017). A Casa dos Patudos Museu de Alpiarça: o vinho e arte. In *Enomemórias museologia e território do vinho (território sociedade e desenvolvimento)*. In

Guerreiro, A., Maduro, A., Custódio, J. & Gonçalves, E. (Coord.). Maia: Edições ISMAI, 41 a 50.

Prates, N. & Rocha L. A. (2015, jun.). A Iconografia Musical na Coleção de Leques da Casa dos Patudos: análise de aspectos temáticos e organológicos. In *Cuadernos de Iconografía Musical*, Universidad Nacional Autónoma de México, voll. II, n.º 1, 9-38. <http://hdl.handle.net/10362/24943>.

Relvas, J. (1880). *O direito do senhor foi uma medida fiscal da propriedade*, Tese para exame geral do Curso Superior de Letras, Lisboa: Imprensa Nacional.

Relvas, J. (1883). Prefácio. In *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental, Album de Phototypias a benefício da Santa Casa da Misericórdia da Golegã*, clichés de Carlos Relvas, fototipias de Joseph Leipold, prefácio de José Relvas, Lisboa: Oficina de J. Leipold.

Relvas, J. (1904, 25 de Março). Os concertos Pugno-Ysaye. In *Diário de Notícias*, ano 40, n.º 13768, 2.

Relvas, J. (ca. 1912). *Notas Sobre Faustino Rosa*, (“Documentos Políticos”, cx. 371, pasta A, doc. 73, PT/AHCP/FR/JMR/C/01/371), Arquivo Histórico da Casa dos Patudos (AHCP), Alpiarça, Portugal.

Relvas, J. (1919). *Notas sobre assuntos tratados na Presidência e Ministério do Interior desde 26/janeiro/1919 a 29/03 de 1919*, (“Governo de 1919”, cx. 405, PT/AHCP/FR/JMR/C-E/01/405), Arquivo Histórico da Casa dos Patudos (AHCP), Alpiarça, Portugal.

Relvas, J. (1924). *Correspondência* [a Eduardo de Pinto Basto], Arquivo da Fábrica da Vista Alegre, (Documentação do Centenário – Correspondência dos Expositores), Vista Alegre, Ílhavo, Portugal.

Relvas, J. (1928). *Cópia da Testamento de José Relvas*, ms., Arquivo Municipal de

Alpiarça (AMA), Alpiarça, Portugal.

Relvas, J. (1977). *Memórias Políticas*, prefácio de João Medina, introdução, seleção e notas de Carlos Ferrão, *Terra Livre*, 2 vols.

Relvas, J. (s. d.). [Carta de José Relvas a Amigo, não identificado], Arquivo Histórico da Casa dos Patudos (AHCP), (“Documentos Pessoais e Maçónicos”, cx. 102, PT/AHCP/FR/JMR/A/13/102), Alpiarça, Portugal.

*Revista de Turismo*, (1919, jan. e fev.), “Conselho do Património Artístico”, 109-110.

Rollo, M. F. & Rosas, F. (Coord.), (2009). *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta da China.

Serra, J. B. (Coord.). (2008). *José Relvas: o conspirador contemplativo* [catálogo da exposição], Lisboa: Assembleia da República.

Soares, L. F. da S. (2016). *O Palácio Nacional da Ajuda e a sua afirmação como Museu (1910-1981)*. Tese de doutoramento apresentada à FCSH/UNL, sob orientação da Professora Doutora Raquel Henriques da Silva, Lisboa: UNL.  
<http://hdl.handle.net/10362/20420>.

Sociedade Filarmónica de Madrid, (1913, 26 de Outubro, [Carta Carlos e a José Relvas, sócios 2881 e 2880], Arquivo Histórico da Casa dos Patudos (AHCP), (“Documentos Artísticos”, cx. 91, pasta 7, PT/AHCP/FR/JMR/A-A/C2/08/91/7), Alpiarça, Portugal.

Sociedade Nacional de Belas Artes – SNBA (1908-1927). *Correspondência*, [a José Relvas], cx. 53, pasta 1 (PT/AHCP/FR/JMR/A/01/053/1), Arquivo Histórico da Casa dos Patudos (AHCP), Alpiarça, Portugal.

Sociedade Nacional de Belas Artes – SNBA (ca. 1911). [Documentos de gestão corrente], (“Documentos artísticos”, cx. 91, pasta 4 “SNBA”,

PT/AHCP/FR/JMR/AA/C2/08/91/4), Arquivo Histórico da Casa dos Patudos (AHCP), Alpiarça, Portugal.

Sousa, M. L. (2016). *A Mobilidade Automóvel em Portugal: 1920-1950*. Prefácio de Frank Schipper, Lisboa: Chiado Editora.

